



O catolicismo entre práticas e representações

Resenha de SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs). **Faces do Catolicismo.**

Florianópolis: Insular, 2008.

Edison Lucas Fabricio<sup>1</sup>

Mestrando no PPGH – UFSC

Faces do Catolicismo é uma reflexão abrangente e coletiva do fenômeno religioso católico na contemporaneidade. Tal empresa é levada a cabo por quinze autores em dezessete textos, organizados por Rogério Luiz de Souza e Clarícia Otto. Rogério Luiz de Souza é professor do Departamento História da Universidade Federal de Santa Catarina, têm publicado diversas obras sobre o catolicismo, das quais citamos, *Uma história inacabada: o colégio dos jesuítas em Santa Catarina - 1905/2005*<sup>2</sup>. Já Clarícia Otto é professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, seus trabalhos têm gravitado em torno de temáticas que envolvem catolicismo e educação, de suas obras citamos, *Catolicidades e Italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875 - 1930)*.<sup>3</sup>

A compreensão do catolicismo tem sido algo desafiador para os historiadores, mas tal desafio não pode encobrir as paixões entrelaçadas a tal objeto. Neste sentido, uma grande dica encontramos logo no prefácio, escrito por José Eduardo Franco. Para ele, quando fazemos uma análise científica e crítica do catolicismo precisamos “*exorcizar dois demônios*”: o primeiro, “*o demônio anti-catolicismo*”, que seria fruto de uma análise superficial e abominadora; o segundo é o “*demônio do filo-catolicismo*”, este apologista por excelência. Nesta perspectiva, os autores do livro procuram visualizar estas diversas faces do catolicismo, desconstruir os discursos e contextualizar as tramas às quais estiveram tecidas as práticas religiosas no período republicano.

<sup>1</sup> Mestrando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes. Correio eletrônico: [edisonlucasf@hotmail.com](mailto:edisonlucasf@hotmail.com)

<sup>2</sup> SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada: o colégio dos jesuítas em Santa Catarina - 1905/2005.** São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2005.

<sup>3</sup> OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875 - 1930).** Florianópolis: Insular, 2006. 288 p.



A Constituição republicana de 1891 simbolizou um marco na história religiosa brasileira: a religião católica até então hegemônica e parte do próprio aparelho do estado teve sua separação efetuada. *Como vai se portar a Igreja Católica? Quais serão suas ações num estado considerado laico? Como se afirmar na sociedade diante da liberdade religiosa e de culto?* São estas questões que os autores se propõem a responder e colocar outras tantas.

Os quatro primeiros textos tratam de temas comuns, a saber, a instituição de novas dioceses na primeira república e a importância da educação na nova configuração política do país. Em *Presença da Igreja* na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano, o conhecido historiador Riolando Azzi, mostra como a Igreja se comportou no período de transição entre o Império e a República que culminou com sua separação do Estado. A Igreja procurou criar mecanismos institucionalizados mais eficazes de inserção na sociedade brasileira. O surgimento de novas dioceses veio ao encontro desta nova sociedade, que se urbanizava e aburguesava de forma gradual. Ao lado das dioceses, surgiram os estabelecimentos de ensino – uma das medidas da Igreja para frear o processo de secularização que se iniciava no Brasil. Estes colégios, dirigidos por ordens religiosas europeias, tinham por objetivos formar rapazes e moças dentro dos ditames burgueses e cristãos de civilidade.

Em perspectiva parecida a de Azzi, Ivan Aparecido Manoel conduz sua análise sobre a criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. Para este autor, a emergência do estado republicano denota uma descontinuidade na história da Igreja no Brasil. Se durante o período colonial e imperial havia apenas dez dioceses, na primeira república surgiram mais sessenta e quatro. Estas mudanças ocorreram no contexto do ultramontanismo, uma diretriz de Roma que procurava reagir ao mundo moderno, às ideias iluministas que advogavam a supremacia da razão e a dessacralização do mundo. Tal postura procurou reafirmar a autoridade papal e estabelecer uma hegemonia simbólica sobre a sociedade e o poder político. A Igreja encontrou na educação um meio de constituir laços com as oligarquias. Tal momento soa paradoxal, pois enquanto se



conservadora, monarquista e patriarcal, para organizar a educação dos seus filhos. (p. 55).

Na primeira década do século XX a Igreja investiu maciçamente na Ação Católica; era um avanço significativo no projeto de recristianização da sociedade. Através de inúmeros mecanismos a Igreja passou a investir no laicato como forma de arregimentar combatentes para a causa católica.

Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da diocese de Florianópolis é um dos três artigos escritos por Rogério Luiz de Souza. O autor assinala que a criação da diocese de Florianópolis, em 1908, esteve ligada a desejos de civilidade e modernidade.

E é dentro dessa trama, na qual se envolvem determinados sujeitos da Igreja e da elite dirigente que emerge a Diocese, assim como emerge o desejo de constituição de uma sociedade civilizada, ordeira e eficiente. [...] de um projeto simultâneo e compartilhado de reajustamento das condutas sociais e religiosas dos sujeitos. (p. 62).

Ora, no contexto de romanização, era necessário normalizar e enquadrar sujeitos tidos como indolentes e supersticiosos nas novas exigências do catolicismo. Já não era possível tolerar práticas religiosas populares que não reconheciam a mediação clerical nas liturgias. A elite local precisava da Igreja, da Igreja oriunda da Europa, assinala o autor, para a impressão de hábitos e comportamentos “polidos” na população. Mas este projeto civilizador empreendido pelas elites locais com o aval do clero não esconde suas contradições e silenciamentos. O que dizer da crueldade operada contra os “outros”, os indígenas, que resistiam a este processo civilizador de homogeneização e de cristianização nos moldes branco, europeu e masculino?

Élio Cantalício Serpa em seu *Igreja e poder na primeira república* analisa o papel a Igreja na nova conformação social originada pela república. Para o autor, este período é caracterizado pela forte romanização da Igreja brasileira, pelo seguimento à risca das diretrizes emanadas de Roma. Tal projeto romanizador importou ordens religiosas estrangeiras para atuar no ensino e na assistência social, procurou reafirmar a autoridade do clérigo não somente no espaço religioso, mas também junto às elites locais, concomitantemente buscou reformular as celebrações litúrgicas e as condutas sociais dos



leigos. Do mesmo modo que afirmava a autoridade eclesiástica, a Igreja tornava-se o lugar, por excelência, de fabrico da submissão e obediência.

Em *Os franciscanos e a história da educação*, Clarícia Otto busca compreender o lugar desses religiosos na história da educação em Santa Catarina. Os franciscanos aportaram em terras catarinenses na última década do século XIX e tiveram uma importância fundamental na fundação de colégios e escolas paroquiais. Estas visavam “constituir sujeitos católicos obedientes à autoridade eclesiástica, disciplinados e voltados para a prática sacramental”. (p. 104). A atuação dos franciscanos no Médio Vale do Itajaí foi marcada por lutas e relações de poder em torno da hegemonia do ensino escolar. Filhos do seu tempo, segundo a autora, os religiosos cumpriram seu papel como filhos da Igreja.

O artigo, *A Igreja e o movimento do Contestado*, de Paulo Pinheiro Machado, contempla o planalto catarinense, região que passou por sucessivos e sangrentos conflitos desde o fim do século XIX, culminando com a Guerra do Contestado. O papel da Igreja neste contexto é bastante paradoxal; os religiosos franciscanos que desenvolveram sua ação pastoral no planalto viam-se entre as exigências de um catolicismo romanizado e as práticas devocionais de um “catolicismo caboclo”, considerado supersticioso e incauto. Um catolicismo eivado de crenças milenaristas e difundido por personagens emblemáticas, como os legendários “monges” João e José Maria. Inicialmente tais “profetas” foram alvos de críticas dos frades, críticas que não surtiram o efeito desejado, devido à popularidade dos “monges” entre os sertanejos. Para o autor, no final dos conflitos, os religiosos franciscanos acabaram por resignificar o papel destes “monges” e dos sertanejos em suas trajetórias. Machado mostra que frei Rogério, depois da guerra, acabou adotando algumas práticas do monge João Maria, como batizar muitas crianças. Outro dado importante refere-se ao fato de frei Rogério ter dado uma bênção ao um dos chefes rebeldes, “afirmando que seu corpo estaria ‘fechado’ contra bala e contra faca”. (p. 135). Atitude no mínimo curiosa, vinda de um sacerdote romanizado. Diante de tais indícios, Machado conclui que os sertanejos com suas crenças acabaram “acaboclando” os religiosos franciscanos.

O contexto da romanização ainda foi abordado no texto de Sara Nunes, *Sensibilidades e expressões religiosas*. Nunes evidencia a emergência de uma “invenção”, a invenção de uma prática religiosa popular a despeito do empreendimento romanizador. O crime de um caixeiro viajante e seu empregado acabou por criar uma crença nos “irmãos”



Canozzi e produzir sentido para a fé de muitos romeiros que ainda hoje visitam seus túmulos na serra catarinense.

Já Michelle Maria Stakonski, em *O caso Nolasco*: reverberações da romanização na irmandade do Rosário, mostra as marcas da romanização na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis. Para Michelle Stakonski a expulsão do Juiz da Irmandade, Salustriano Nolasco, pelo padre alemão Francisco Topp, a pretexto de envolvimento com a maçonaria, marcou a ingerência de um projeto romanizador sobre uma instituição leiga na transição do Império para a República. Numa micro-escala é possível observar amplos processos de mudança social. A Igreja romanizada buscou suprimir os espaços de autonomia de um catolicismo popular em nome da autoridade clerical centralizada na figura do sacerdote.

A década de 1930 certamente registrou uma ruptura na história política e religiosa brasileira. O movimento de 1930 e o governo Vargas marcaram uma reaproximação da Igreja com o Estado, a Igreja reivindica seu espaço, que se cristalizou com a Constituição de 1934, que atendeu as demandas apresentadas pela Igreja – ensino religioso facultativo nas escolas públicas, assistências religiosas nas Forças Armadas, legislação familiar pautada pelos princípios da Igreja, nome de Deus na Constituição, liberdade sindical – assim a Igreja passa a participar mais efetivamente da vida política do país. A partir deste período, a Igreja passou a incentivar o laicato nas lutas sindicais na mobilização do operariado, principalmente para barrar o avanço da esquerda e do comunismo, um dos inimigos mais diretos da Igreja. Com o golpe de estado em 1937, um dos maiores objetivos do Estado Novo foi a construção de uma identidade nacional, buscada através da homogeneização e anulação das diferenças. Os judeus, os comunistas, depois os alemães, identificados com o nazismo, não eram bem vindos, por representarem a alteridade e o perigo à integridade nacional.

Rogério Luiz de Souza assinala em *A Igreja Católica no processo de Nacionalização* as facetas do projeto nacionalista do Governo Vargas em Santa Catarina. Para o autor, a Igreja contribuiu de maneira significativa para o projeto varguista de homogeneização cultural. O arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, ao lado do interventor Nereu Ramos, foi um dos arautos da brasilidade. No contexto do Estado Novo a diversidade étnica passou a ser encarada como um problema político. Grata aos favores do Estado, a Igreja se





esforçou na difusão de um projeto de abasileiramento para as populações estrangeiras, consideradas no Sul do Brasil embriões da conspiração nazi-fascista. Na metáfora da nação como corpo não havia espaço para organismo estranho.

Em seu terceiro texto, Rogério Luiz de Souza avança temporalmente para analisar *A ética católica e o espírito do capitalismo no mundo rural (1945-1963)*. Para o autor o período pós-guerra foi de incertezas; à Igrejaurgia apresentar uma alternativa aos desacreditados regimes autoritários. A ordem do dia era “humanizar” o capitalismo com as prerrogativas do solidarismo e da cooperação. No contexto do projeto desenvolvimentista a Igreja elaborou uma diretriz para o campesinato: tratava-se de fomentar a produção agrícola e reajustar as condutas camponesas segundo as novas exigências produtivas. Em Santa Catarina – Estado caracterizado por minifúndios –, buscou-se introduzir uma nova ética do trabalho no cotidiano camponês e concomitantemente produzir indivíduos ajustados e disciplinados.

A década de 1960 é marcada pelo acirramento das lutas sociais e pela ruptura política que instaurou uma ditadura militar de duas décadas no Brasil. Alceu Kaspary, em seu artigo *O golpe de 1964 e a arquidiocese de Florianópolis*, mostra como o discurso católico em Santa Catarina buscou legitimar o golpe de estado. Para a Igreja o Brasil estava contaminado pelo o bacilo comunista, encontrava-se enfermo e necessitava urgentemente se reabilitar. Por todos os lados se forjavam comunistas infiltrados nas instituições, nas repartições públicas e até mesmo na Igreja. Aquele mês de março de 1964 do governo Goulart passou a significar o Calvário da nação, mas, todavia, depois da morte sempre há a esperança da ressurreição. O discurso católico significou um atestado simbólico do clero naquilo que acreditava ser a “ressurreição do Brasil” através do golpe militar.

Em *Formação sacerdotal e práticas disciplinadoras* Altamiro Antônio Kretzer procura perscrutar os detalhes de uma microfísica do poder instaurada junto à instituição do Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lurdes, em Azambuja, Brusque, em fins dos anos 1920. Para Kretzer a formação sacerdotal é permeada por relações de poder que visam manufacturar religiosos disciplinados e obedientes à hierarquia clerical. Todavia, estes espaços de formação também são campos de resistência de indivíduos que não se assujeitam plasticamente. Lugar de estratégias e táticas, o seminário se revela como o lugar de exercício de um poder capilar.



Nesta perspectiva temos a análise de Caroline Jaques Cubas, *As mulheres da Igreja: vida religiosa feminina com base nas experiências de formação das irmãs da Imaculada Conceição*. Caroline Cubas analisa a emergência Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, em Santa Catarina, em fins do século XIX. Fundada por Amábilis Visintainer (Madre Paulina) e marcada pela “vida ativa”, a congregação se espalhou pelo mundo no cuidado aos doentes e na assistência social. Filhas da Igreja, essas mulheres formaram-se sob a égide disciplinar da caridade, da doação incondicional e da abnegação no cuidado da alma.

No fim dos anos 1960, novos ventos sopraram sobre a Igreja Católica no Brasil. Esta década foi marcada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência Episcopal Latino-americana (1968). Tratava-se de um novo olhar para a realidade social, permeada por injustiças, opressões e toda sorte de explorações. Ficou famosa a sentença eclesial da “opção preferencial pelos pobres”.

Camilo Buss Araújo, em *Engajamento social católico em perspectiva: Igreja e trabalhadores em Florianópolis (1945-1992)*, analisa as ressonâncias das várias propostas da Igreja para o campo social na ação pastoral de dois padres no Morro da Caixa d'Água, atual Mont Serrat, em Florianópolis. A ação do primeiro clérigo é marcada pela Doutrina Social da Igreja, pelo solidarismo; já o segundo padre traz em sua ação pastoral a marca da Teologia da Libertação, que “priorizava os excluídos, pensando-os como agentes do processo de transformação social, contestava o sistema econômico capitalista vigente, propondo alternativas e reconhecendo a luta de classes como fundamental para as mudanças sociais”. (p. 289).

Nesta mesma direção caminha a reflexão sobre *A criação da Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina*, de José Adilçom Campigoto. Para o autor, a CPT, criada na década de 1970, só foi possível graças às mudanças oriundas da Teologia da Libertação. O discurso da CPT buscava amalgamar a leitura crítica do social, possibilitada pelo marxismo, uma hermenêutica bíblica partindo da realidade histórica do pequeno produtor rural e um engajamento leigo cada vez mais intenso.



igualmente não se localizava no final da caminhada pelo deserto e sim na vida da pequena propriedade... (p. 317).

Novos rumos dentro da Igreja: a *Comunidade de Religiosas Fraternidade Esperança*, de Clarice Bianchezzi também busca focar os reflexos da Teologia da Libertação na ação de religiosas católicas da Congregação das Irmãs da Divina Providência, da arquidiocese de Florianópolis. Desejosas de praticar as orientações do Concílio Vaticano II e da II Conferência do Episcopado Latino-Americano, essas religiosas acabaram por entrar em conflito com as forças conservadoras da Congregação e da Igreja. Abrir as portas de um colégio de elite para os filhos dos pobres ou buscar a inserção nos morros, junto aos marginalizados eram atitudes intoleráveis pela direção da Congregação. A opção pelos pobres tornou dissidente um grupo de religiosas, a elas somente restou o pedido de demissão. Mas a semente lançada pelo Vaticano II não morreu: ela germinou e passou a frutificar sob o nome de Fraternidade Esperança, congregação fundada para amparar as irmãs demitidas da Divina Providência.

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo surgimento e fortalecimento de novos movimentos religiosos, inspirados pela “manifestação do Espírito Santo”. Neste contexto, Rangel de Oliveira Medeiros, discute em *Os novos campos de disputa: a Renovação Carismática Católica e o Movimento Pentecostal*, a constituição de novos produtos no mercado religioso. É verdade que as igrejas pentecostais já estavam em solo brasileiro desde as primeiras décadas do século XX, mas foi nas últimas décadas que tiveram um crescimento significativo, em grande medida pelo uso dos meios de comunicação. Através das histórias de vida de dona Cristina e dona Tereza busca-se compreender a produção de sentido proporcionada aos fiéis pela religião, especificamente nos movimentos carismático e pentecostal.

Faces do catolicismo certamente oferece uma contribuição significativa para a compreensão das práticas, das ações e posicionamentos dos diversos grupos que compõem a Igreja Católica. Este catolicismo é encarado em suas múltiplas dimensões, em sua mutabilidade, em suas representações e imaginários e através da experiência de seus diferentes sujeitos. Os autores não se abstiveram de discutir temas candentes e espinhosos, como a relação entre catolicismo e política/estado autoritário, entre romanização e catolicismo popular, as relações de poder e disciplinamento na formação sacerdotal, a igreja





# VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2010  
[www.veredasdahistoria.com](http://www.veredasdahistoria.com)

Ano III - Ed. 1 - 2010  
ISSN 1982-4238

progressista e os movimentos conservadores, e ou ainda as semelhanças e diferenças entre movimentos pentecostais e carismáticos. Seguramente a obra abre novos caminhos de pesquisa e instaura novos objetos de análise.

*Veredas da História*



[www.veredasdahistoria.com](http://www.veredasdahistoria.com)